

A EXPLORAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA: o exemplo de Jauru/MT. *

Messias Modesto dos Passos**

Olímpio Beleza Martins**

O debate sobre a exploração das florestas da Amazônia vem de longo tempo e, acendeu-se a partir do final de 1978 quando a sociedade civil passa a discutir as opções de desenvolvimento nacional e a assumir uma posição de contestação frente a algumas propostas do II PND, entre elas as dos grandes "projetos madeireiros" para a região norte do País.

Enquanto a SUDAM, o IBDF e os empresários elaboravam planos no sentido de oficializar e colocar em prática a chamada "política de desenvolvimento dos recursos florestais", a opinião pública e a imprensa brasileira, de um modo geral, se posicionavam frente a mais esse atentado sobre a biota tropical amazônica.

E o pior, enquanto as atenções e críticas se concentraram nas áreas definidas para exploração florestal e nos impactos ambientais negativos dos "desmatamentos" das áreas que se encontram dentro da cota de inundação dos reservatórios das hidrelétricas da Eletronorte: Tucuruí, Balbina e Samuel, as frentes pioneiras e a implantação dos projetos "agro"pecuários transformavam a periferia da Amazônia numa grande fogueira.

Durante o governo Médici, quando se intensificaram as grandes rodovias, a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - elaborou em 1974 os grandes projetos designados como POLAMAZÔNIA. Ao lado dos grandes eixos de penetração optava-se por uma ocupação e valorização econômica em torno de grandes polos, conjugando esforços de exploração de recursos minerais de mérito com projetos agropecuários e energéticos.

A questão da exploração dos recursos florestais amazônicos esteve presente desde o início, na programação POLAMAZÔNIA. Mas, entre 1974 e 1978, gerou-se uma outra "questão menor" dentro da grande questão amazônica. No decorrer do primeiro ano a SUDAM, por meio de seu Departamento de Recursos Naturais, propõe a criação de uma empresa de economia mista - a CODAM, Companhia de Desenvolvimento da Amazônia - a ela vinculada, para administrar 12 florestas públicas (Fig. 1),

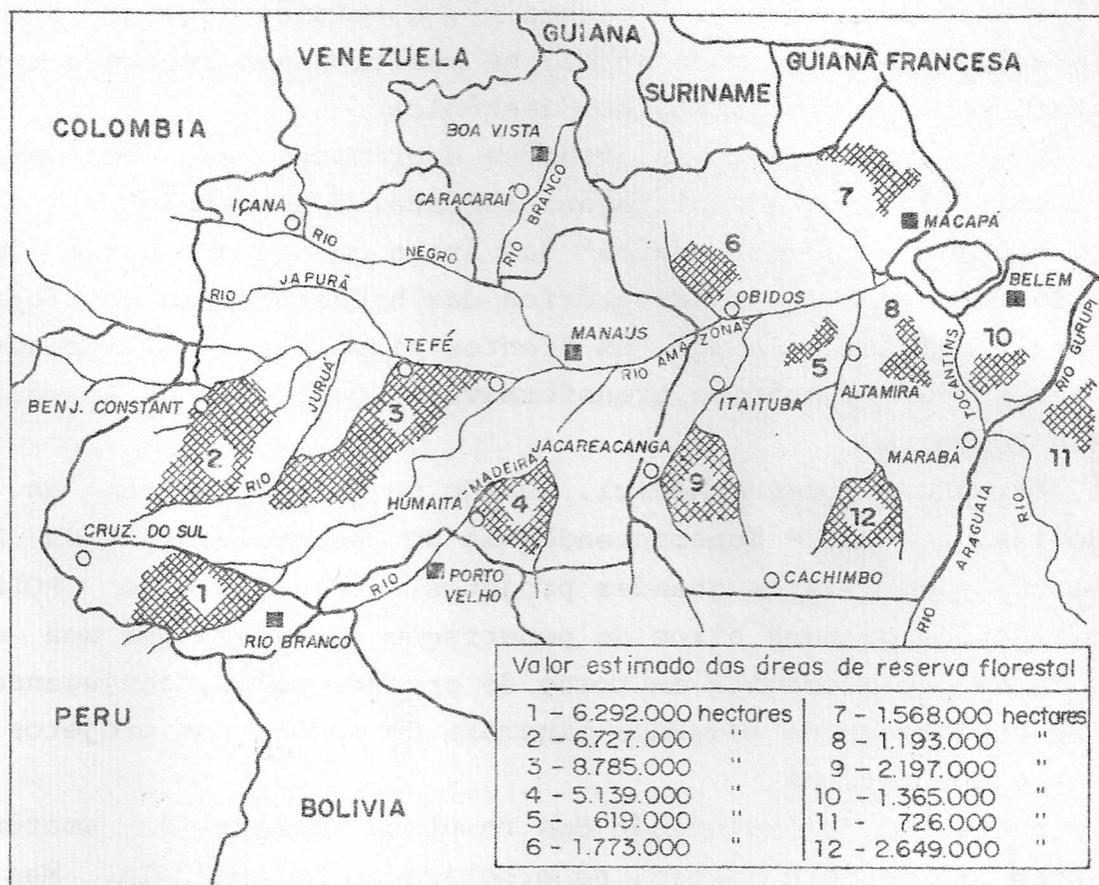
** Professores do Departamento de Geografia Humana e Regional da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Campus de Presidente Prudente.

* Este trabalho foi apresentado no 7º Encontro Nacional de Geógrafos - Tema V - Meio Ambiente - no dia 26 de julho de 1988, em Maceió - Alagoas.

num total de 39 milhões de ha. Estes seriam ampliados progressivamente, em futuro próximo, para 50 milhões. Assim, destinava-se 20% de toda a Amazônia Legal para uma exploração, pelo Estado, desse potencial madeireiro de pelo menos 45 milhões de m³.

LOCALIZAÇÃO DAS 12 ÁREAS DE FLORESTAS DE MANEJO. FIG. 1

FONTE : REV. ISTO É, Nº 121, P. 33 DE 18-04-1979



A partir dessa definição, uma grande celeuma entra em cena: é possível explorar economicamente as florestas situadas na Amazônia?

Com Tucuruí tivemos a primeira demonstração da dificuldade de conciliação das ideologias do ecologismo - rejeição do desenvolvimento em nome do "equilíbrio ecológico" - e do economismo - desenvolvimento a qualquer preço, conduzindo à eco-destruição. Foram acirra

das as discussões entre os técnicos do IBDF e empresários interessados na exploração das florestas de um lado, contra os ecólogos conservacionistas de outro.

Os ecologistas temem que a Amazônia se transforme em um deserto. Alguns empresários afirmam que, dadas as condições adversas da região, o custo da madeira sairia tão alto que não valeria a pena explorá-la. Ao nosso ver a exploração é inevitável. Para fazê-la da melhor forma possível, tanto em termos ecológicos quanto econômicos, é preciso tempo, conhecimento e criatividade, além de uma clara orientação governamental. É bom lembrar que tempo, criatividade e conhecimento para a exploração da madeira é o que mais falta na Amazônia.

Os empresários contrários à tese da viabilidade econômica costumam listar três tipos de problemas, aparentemente insuportáveis: a insalubridade da região, o clima que, com suas chuvas e enchentes destrói estradas e obras de artes e a heterogeneidade da floresta, obrigando a um largo manuseio da madeira e encarecendo o custo de sua exploração.

As dificuldades criadas pelo clima e o pouco tempo dado às empresas encarregadas do desmatamento das áreas dos reservatórios de Tucuruí, Balbina e Samuel, concorrem para a situação caótica verificada nesses casos e, também nos projetos "agro-pecuários", conforme mostraremos mais adiante, através do exemplo de Jauru/MT.

A heterogeneidade da floresta tropical é o principal obstáculo para a sua exploração econômica. Existem mais de 2 mil espécies de árvores na Amazônia. Encontrar uma solução é fundamental para os países onde se encontram as maiores reservas florestais heterogêneas.

Outro problema sério é a falta de mercado para as espécies amazônicas, ainda pouco conhecidas, o que poderia ser resolvido com agrupamento por espécies, ou seja, com a definição de um "pacote madeireiro" - onde as espécies não conhecidas seriam introduzidas no mercado juntamente com aquelas já aceitas e mais solicitadas.

O problema é que o mercado europeu (principal comprador potencial) só aceita novas espécies progressivamente. E para aceitá-las, quer garantia de fornecimento continuado e um grande número de fornecedores, para poder ter poder de barganha e não ficar na mão de um só, que pode até quebrar, como a Capemi.

A avaliação da quantidade de madeira existente em determinada área - dado muito importante - tem sido mal feita. Por exemplo, em Tucuruí, fez-se uma mera conta aritmética: multiplicou-se os metros cúbicos de madeira presumivelmente existentes, pelo seu preço de mercado, o que deu uma cifra astronômica, extremamente otimista e superficial.

A maior madeireira do Mundo, a Balikpapan, da Indonésia, processa 900 mil metros cúbicos de madeira por ano. Em Tucuruí, queria-se processar 4 milhões de metros cúbicos/ano: uma alucinação.

Na hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, foram inundados cerca de 216.000 ha, e perdeu-se (por opção) e oportunidade de aproveitamento de 13,4 milhões de metros cúbicos de madeira, que no preço da época (Cr\$ 300,00 m³), chegaria à cifra de 4 bilhões de cruzeiros. Na hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, por se encontrar em uma região de topografia muito plana, a área de inundação será ainda maior do que a da UHE de Tucuruí. Em Balbina, os consultores florestais da Eletronorte identificaram -3 milhões de metros cúbicos de madeira comercializável, no valor de aproximadamente US\$ 60 milhões, enquanto que o custo do desmatamento deverá ficar em torno de US\$ 38 milhões.

O mesmo que ocorreu em Tucuruí está ocorrendo em Balbina, ou seja, o planejamento não foi feito com a antecedência necessária, de pelo menos 10 anos. Segundo a Eletronorte "dois anos e meio é tempo suficiente para realizar o trabalho". A filosofia da empresa e de muitos empresários é de tirar o que der (o que não é muito = e o resto derrubar e queimar).

Tudo indica que virará cinzas muitas espécies de valor econômico: cedros, abiuaranas, acapuranas, acariquaras, amapãs amargosos, amapãs doces, ananis, andirobas, angelim da mata, angelim da pedra, araparis, assacu, breu, caju-açu, capitui, caripê, cariperana, caruara, castanha do Pará, castanha sapucaia, cedrorana, cuiarana, cumaru, cupiuba, envira, fava, feijão branco, gombeira, guariuba, ingã, itauba, itaubarana, jacareuba, jatana, japita, jutaí, jutaí pororoca, jutairana, louro, maçaranduba, macucu, mamorana, mandioqueira lisa, maparajuba, marupã, matã matã, melancieira, morototô, muirapixuna, munguba, parã parã, pau d'arco, pau jacaré, piquiã, piquiarana, quaruba, quataquiçava, seringueira, sorva, tachi, tatajuba, tatapiririca, tento, uchirana, ucuuba, tavari, ucuubarana, etc. etc. etc.

Na verdade, o aproveitamento da madeira na Amazônia é muito baixo: das florestas altas poderia se extrair 200 m³/ha e só se tira 2!

Quanto à produção de madeira pelo Brasil, vale ressaltar que embora "nos últimos 10 anos aumentou de cerca de 42%, passando de 28.156.819 m³ em 1975 para 39.923.961 m³ em 1984" e que "neste mesmo período, a participação da Amazônia Legal passou de 8.061.104 m³ para 21.461.729 m³, o que significou um aumento de 37% (OLIVEIRA, 1987), a participação brasileira no mercado internacional é muito pequena, quando da comparada aos principais exportadores desse produto.

A pequena participação brasileira

(a exportação de madeira tropical e seus derivados oriundos dos principais produtores, em 1.000 m³) *

	<u>1.978</u>	<u>1.982</u>
Indonésia.....	20.270	4.996
Malásia.....	20.177	22.864
Filipinas.....	3.321	1.686
Papua N. Guiné.....	463	1.090
Costa do Marfim.....	3.133	3.635
Brasil.....	519	519

* Inclui exportação de toras, madeiras serrada, chapas e compensados.

FONTE: MA/IBDF

Não é preciso muito esforço para concluirmos que se a madeira das doze áreas definidas como prioritárias para exploração florestal (Fig. 1), das áreas de inundação das UHE da Eletronorte e ainda das áreas (latifúndios) atualmente ocupados com pastagens tivessem sido aproveitadas a realidade dos dados acima seria outra.

Ainda mais, o planejamento e tempo necessários para tal, poderia concorrer para uma ocupação da Amazônia precedida de uma avaliação conceitual precisa dos seus recursos naturais e do encontro das formas mais eficazes para um desequilíbrio ecológico a longo prazo, obtendo-se o máximo rendimento, pelo maior tempo e, benefício do maior número de indivíduos, em consonância às propostas do II PND, onde está destacado como objetivo e opção nacional básica a construção de uma sociedade desenvolvida - moderna, progressista e humana - conforme seu sexto e último item:

"realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do país".

Preferiu-se a rota da colisão: a ação contradizendo o verbo. E a pressa em "vender" a noção de desenvolvimento a qualquer preço (STERNBERG, 1979), bem como a dissociação a questão ambiental da realidade social e do modelo econômico, é conflitante e mesmo incompatível com a implantação de qualquer política ambiental válida.

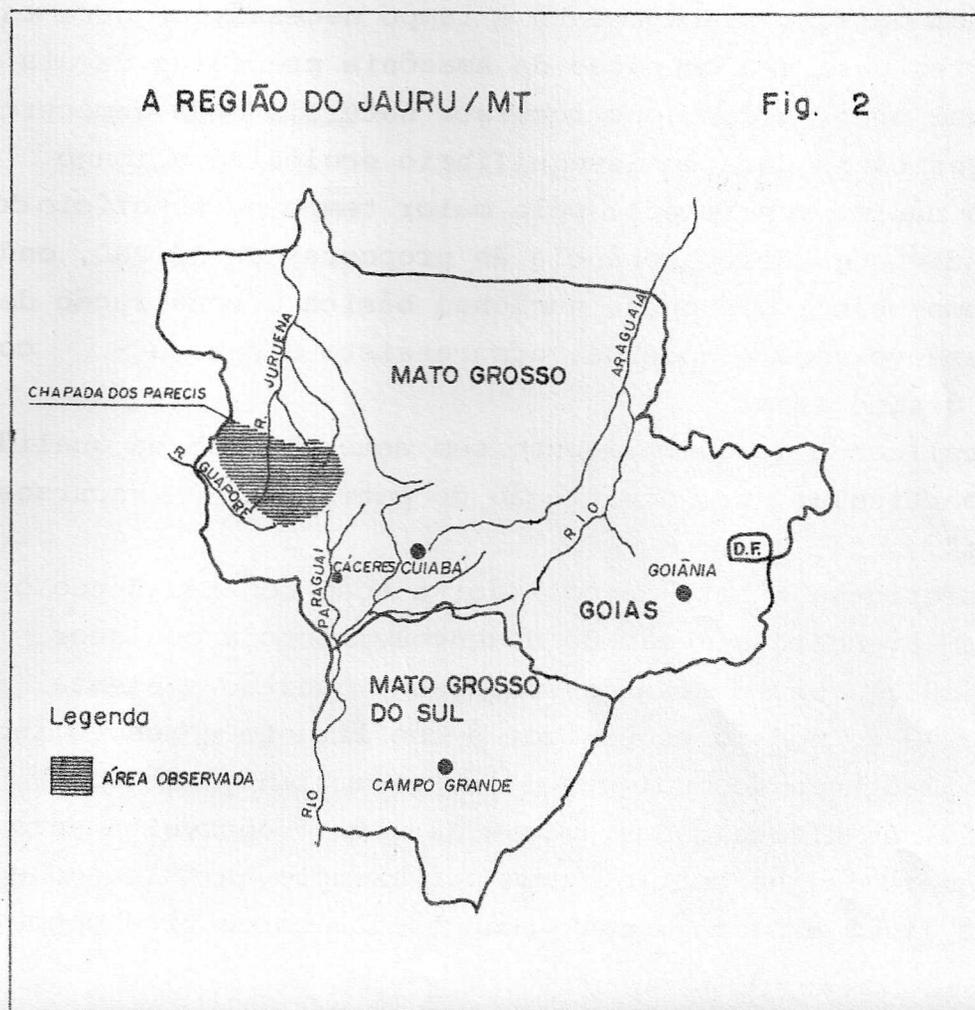
Além das dificuldades apontadas para o aproveitamento da madeira da Amazônia, há outras, como por exemplo, a falta de entrepostos que viabilizem a saída desse produto para os centros compradores.

O IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - tem encontrado dificuldades para implantar os 5 entrepostos de exportação de madeira na Amazônia, previstos em um estudo do órgão: em Porto Velho (RO), Manaus (AM), Boa Vista (RR), Ilha de Marajó e Santarém (PA), sendo que apenas este último está em funcionamento parcial.

As dificuldades se devem - segundo o IBDF - ao baixo índice de exploração. Apesar de estarem instalados na Amazônia Legal mais de 1.600 serrarias, a maioria dos 5,4 milhões de m³, provenientes de 100 espécies, vão para uso local. Dessas, apenas 5 (virola, mogno, andiroba, sucupira e freijó) têm aceitação no mercado internacional. Na Amazônia, há pelo menos 400 espécies exploráveis, segundo o IBDF. Em decorrência a participação da madeira (e seus sub-produtos) nas exportações brasileiras totais, que chegou a 5% em 1968, hoje anda na casa de 1,5%.

O trabalho que estamos realizando sobre a ocupação da periferia da Amazônia, aponta com muita clareza para a complexidade dessa problemática, agravada pela crise em que se encontra o país, de um modo geral e, a região amazônica, de modo especial.

A "região" de Jauru está inserida na Chapada dos Parecis (Fig. 2), no espigão divisor das Bacias Amazônicas e Platina, próxima às nascentes dos rios Paraguai, Guaporé e Juruena, portanto, dentro da faixa periférica da Amazônia.



Segundo o Projeto RADAMBRASIL (mapa geomorfológico - folha SD-21), a área do município de Jauru possui uma estrutura de relevo com base nas unidades denominadas Planalto dos Parecis e Depressão do Alto Paraguai.

O quadro fitogeográfico é constituído basicamente pelas formações de floresta e cerrado.

A floresta apresentava-se bastante heterogênea com fisionomia e composição florística típica da formação vegetal da mata pré-amazônica.

Em 1953 a Companhia Comercial de Terras Sul Brasil S/A - com sede em Marília/SP - adquiriu mais de 2.000 km² correspondendo a 0,2% do Estado do Mato Grosso e 2,1% da micro-região do Alto Guaporé - Jauru, iniciando-se o processo de "colonização" da região.

Oito famílias de paulistas e paranaenses foram os primeiros compradores de terras, que se dedicaram ao cultivo da terra, principalmente às lavouras de café, arroz, milho e feijão.

Vislumbrada pela ocorrência de mogno a Companhia instalou a primeira serraria, que encontrou todo tipo de obstáculo, falta de estradas, principalmente. É bom frisar que essa fixação pelo mogno gera o primeiro grande equívoco na exploração madeireira, isto é, ignorou-se toda a variedade de espécies vegetais, igualmente valiosas.

Em dificuldade, a Companhia vende em 1973 a serraria ao senhor Dalvo Rossi, que no início só trabalhava com mogno e cerejeira, devido a grande ocorrência e aceitação dessas espécies. E ainda, porque os proprietários das glebas faziam financiamentos com a SUDAM para formar os pastos e criar boi. Os financiamentos (PROTERRA) tinham um prazo de 10-12 anos, com 7% de juros ao ano, mas havia uma cláusula contratual para a formação das pastagens em até 3 anos. Com isso o aproveitamento da madeira ficou muito prejudicado; as serrarias não tinham tempo, nem condições técnicas para a retirada da madeira nas glebas onde os proprietários concordavam com a venda. Muitos proprietários, alegando que o preço pago pelas serrarias era muito insignificante "preferiam" tocar fogo em tudo. Alguns afirmam que o dinheiro recebido pela madeira retirada da área não dava para comprar uma carada de sal.

Assim, até mesmo o mogno e a cerejeira, foram apenas parcialmente aproveitados: somente os exemplares de maior rendimento para tábuas e situados em pontos que ofereciam relativa facilidade para a sua retirada interessaram às serrarias. Aqueles que exigiam um manuseio maior, eram deixados e conseqüentemente queimados no momento de limpar a área e semear o campim. Uma grande fogueira, repetida, anualmente, no mês de agosto, antes das chuvas.

Somente a partir de 1978 é que outras espécies (peroba, branquilha, pinho cuiabano, ipê, amoreira, óleo bálamo e jatobá), passaram a ser valorizados pelas serrarias. O mogno e a cerejeira já estavam no fim

O mogno, o jatobá e a peroba saem da serraria com um mesmo preço de custo pela operação de retirada da mata, transporte até a serraria, beneficiamento e outros custos operacionais (aproximadamente Cr\$ 4.000,00 o m³ em 1987). No entanto, o preço e a procura do mogno são bem maiores: enquanto as serrarias encontravam dificuldades de colocar o jatobá, a peroba e até mesmo a cabreúva no mercado a Cr\$ 10.000,00, o mogno não atendia a procura e estava sendo vendido a Cr\$ 16.000,00 o m³ da madeira serrada, entregue no pátio da serraria. É bom frisar que o mogno exige menos manuseio e que o m³ de toda dessa espécie rende muito mais quando serrada, em comparação às demais espécies citadas.

Dentro da lógica dos madeireiros é compreensível que somente com a rarefação e quase extinção do mogno, é que eles se interessem por espécies menos competitivas no mercado.

Outra variável que chama a atenção é que enquanto as grandes serrarias que se abasteciam na região - a Serraria Rossi e a Serraria Cárceles - foram desativadas, tendo em vista o "desaparecimento" das espécies nobres, surgiram inúmeras pequenas serrarias que estão trabalhando com a madeira retirada das áreas "invadidas" pelos posseiros (Fazenda Mirassolzinho, e F. Barreto) e, ainda das toras coletadas nas áreas de pastagens - uma autêntica "garimpagem".

No caso de Mirassolzinho e da F. Barreto, os posseiros estão trocando a madeira em tora por tábuas, para a construção das "casas". Aqui se esperava um aproveitamento maior da madeira, tendo em vista a falta de capital do pequeno agricultor e a valorização da madeira. No entanto, a pressa em caracterizar o uso da terra e legitimar a sua posse, tem concorrido para a prática de queimadas. Visitando a Mirassolzinho, observamos que a arueira está sendo totalmente aproveitada, mas outras espécies - de densidade de ocorrência elevada - como o angico, por exemplo - está sendo "descascado" no tronco, com uso do machado, para provocar a perda das folhas e facilitar a penetração dos raios solares até os cultivos, o que acaba, na verdade, facilitando a ação do fogo.

Num alqueire de terra da região de Jauru - segundo as serrarias - retira-se a média de 50 m³ de madeira, excluindo o mogno e a cerejeira. Com eles alcança-se o dobro.

A fiscalização na prática não existe. Desmata-se quando quer, onde quer, o que quer, e como quer. Em 1978/79 e 1980 as fazendas F.

Barreto e Aguapé pulverizaram as áreas de matas com desfolhantes químicos (Tributon 2,4 D), para apressar o desmate e queimar melhor - seguindo os proprietários para atender os prazos dos financiamentos.

Podemos concluir que os prazos de financiamentos em consonância com a política governamental, a mentalidade dos "empresários", a indefinição da posse da terra, a inexistência de uma fiscalização eficaz e as condições de mercado, definiram um quadro caótico com impactos muito negativos, resultando num processo injusto socialmente e agressivo ao meio ambiente na Amazônia Legal.

Queremos lembrar que a análise aqui apresentada resulta de algumas observações que realizamos na periferia da Amazônia, com uma ênfase maior à região de Jauru/MT e ainda de algumas leituras, conforme a bibliografia abaixo. Estamos aberto às críticas e contribuições à essa problemática.

Finalmente queremos registrar que somos de opinião de que o Brasil não estava e ainda não está preparado para a ocupação da Amazônia, no entanto, como o processo parece irreversível é mais inteligente buscarmos os caminhos do desequilíbrio ecológico a longo prazo que beneficie um número maior de indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

- MONTEIRO, C.A.F. de - A questão ambiental no Brasil: 1960-1980. São Paulo, IGEOG/USP, 1981. (Teses e Monografias, 142).
- OLIVEIRA, A.U. de - Amazônia - monopólio, expropriação e Conflitos. Campinas, Papirus, 1987.
- PASSOS, M.M. - Observações Fitossociológicas no Nordeste do Mato Grosso: Interflúvio das nascentes dos rios Juruena, Paraguai e Guaporé. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, AGB, 5:85-91, 1983.